



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III – GUARABIRA - PB
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA**

MARIA DAS GRAÇAS DE ALMEIDA RODRIGUES

**A POLÍTICA DE CRÉDITO NO SEGUNDO REINADO: Considerações sobre o papel
dos bancos na economia da Província da Paraíba (1850)**

**GUARABIRA – PB
2019**

MARIA DAS GRAÇAS DE ALMEIDA RODRIGUES

A POLÍTICA DE CRÉDITO NO SEGUNDO REINADO: Considerações sobre o papel dos bancos na economia da Província da Paraíba (1850)

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em História.

Área de concentração: História, Trabalho e Economia

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino

**GUARABIRA - PB
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

R696p Rodrigues, Maria Das Graças de Almeida.
A política de crédito no segundo reinado [manuscrito] :
Considerações sobre o papel dos bancos na economia da
Província da Paraíba (1850) / Maria Das Graças de Almeida
Rodrigues. - 2019.
22 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Humanidades, 2019.
"Orientação : Prof. Dr. Cristiano Luis Christillino ,
Departamento de História - CH."
1. Segundo Reinado. 2. Crédito. 3. Bancos. I. Título
21. ed. CDD 981.33

MARIA DAS GRAÇAS DE ALMEIDA RODRIGUES

A POLÍTICA DE CRÉDITO NO SEGUNDO REINADO: Considerações sobre o papel dos bancos na economia da Província da Paraíba (1850)

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em História.

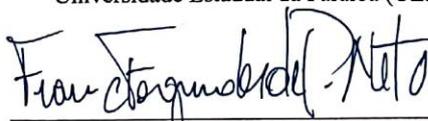
Área de concentração: História, Trabalho e Economia

Aprovada em: 27/11/2019.

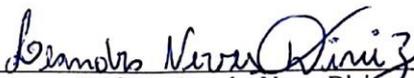
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Cristiano Luís Christillino (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Ms. Leandro Neves Diniz
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

A Paulo, meu marido, com quem vivo os melhores momentos da minha vida e aos meus filhos Thaís e Otávio Neto, presentes de Deus. Para eles, meu amor incondicional.

“(...) o banco enquadrava-se mesmo num projeto civilizatório (...) isto é, da classe senhorial e da economia mercantil escravista nacional” (GAMBI, 2015)”.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Bens Inventariados	17
-------------------------------------	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	A ECONOMIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1850.....	10
3	O BANCO DO BRASIL NA ECONOMIA DAS PROVÍNCIAS.....	12
4	A AUSÊNCIA DE CASAS BANCÁRIAS NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA	15
5	ESTUDO DE CASO SOBRE CRÉDITO NA VILA DE MAMANGUAPE	17
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
	FONTES.....	21
	REFERÊNCIAS.....	22

A POLÍTICA DE CRÉDITO NO SEGUNDO REINADO: Considerações sobre o papel dos bancos na economia da Província da Paraíba (1850)

Maria das Graças de Almeida Rodrigues*

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo realizar uma análise historiográfica das relações comerciais no Segundo Reinado na década de 1850. Assim, serão tratadas a forma como a presença dos bancos perpassava pela concessão dos empréstimos à grande lavoura e as implicações dessa política nas Províncias do Norte, em especial a Paraíba. Os relatórios dos presidentes de províncias são instrumentos necessários para conhecer a dinâmica dos acordos comerciais. O peso do trabalho escravo direcionou a economia para a grande lavoura, promovendo as desigualdades regionais. O clientelismo determinava os acordos comerciais e a ausência de Casas Bancárias na Província da Paraíba, movimentando a economia através de empréstimos financiados, em grande parte, pela elite mercantil para viabilizar a economia local. Tais contradições evidenciam o contexto de dependência dos setores produtivos e a necessidade de, à luz da História Social, compreender a relação intrínseca que norteou a política brasileira e o processo histórico, o qual relacionou o mercado de crédito e a mão de obra escrava ao modelo de sociedade clientelista. Portanto, as relações sociais estavam imbricadas nas relações econômicas e possibilitavam uma expressiva especulação no mercado de crédito pelas elites locais, promovendo um modelo de sociedade arcaica. Esses aspectos justificavam o papel do crédito e sua dinâmica no controle social.

Palavras-chave: Segundo Reinado, crédito, bancos.

ABSTRACT

This article aims to carry out a historiographical analysis of trade relations during the Second Reign in the 1850s. Thus, it will be treated how the presence of banks permeated the granting of loans to large crops and the implications of this policy in the Northern Provinces, especially in Paraíba. Provincial presidents' reports are necessary tools for understanding the dynamics of trade agreements. Slave labor directed the economy towards the large crop, promoting regional inequalities. Clientelism determined the trade agreements and the absence of banking houses in Paraíba Province and moved the economy through loans financed largely by the merchant elite to make the local economy viable. Such contradictions highlight the context of dependence on the productive sectors and the need to understand, in the light of social history, the intrinsic relationship that guided Brazilian politics and the historical process that related the credit market and slave labor to the clientelist society model. Therefore, social relations were intertwined in economic relations and enabled significant speculation in the credit market by local elites, promoting a model of archaic society. These aspects justified the role of credit and its dynamics in social control.

Keywords: Second Reign, credit, banks.

* Aluna da Graduação de História da Universidade Estadual da Paraíba - Campus III.
E-mail: gracaarodrigues@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é analisar o mercado de crédito no Segundo Reinado, na década de 1850, frente à discussão da economia brasileira com o modelo de sociedade elitista, aprofundando as relações comerciais nas províncias, em particular na Província da Paraíba. As discussões sobre o crédito perpassam pelo modelo arcaico e excludente que consolidou a estrutura social hierarquizada senhorial e escravista, motivando as desigualdades regionais em virtude da política praticada pelo mercado atlântico e pela empresa escravista (FRAGOSO e FLORENTINO, 2001).

Nesse sentido, serão abordados os conflitos advindos da carência de crédito e da mão de obra escrava frente à intervenção da política monetária da Coroa no plano local. A década de 1850 será tratada a partir das relações formadas em virtude das divergências de interesses comerciais das províncias. Os aspectos legais que embasaram o controle monetário para subsidiar a necessidade de crédito à lavoura serão contextualizados na concessão de empréstimos em uma economia macro, voltada para a exportação de produtos nacionais e financiados pelo Império.

A economia brasileira, na década de 1850, reproduzia um padrão de comércio local, tendo em vista a intrínseca relação da política com o tipo de sociedade senhorial. A participação do Banco do Brasil nesse período reiterava um sistema de crédito baseado nas necessidades imperiais e permitia que, na ausência de Casas Bancárias, a oferta também fosse intermediada por “prestamistas”¹ e assegurada pela “palavra” da elite mercantil envolvida nas transações: “Os grandes comerciantes concediam crédito entre si e para os demais segmentos, no que se convencionou chamar de “cadeia de crédito”. (SIQUEIRA, 2007, p. 29).

As relações comerciais eram praticadas pela intervenção direta do governo e das elites mercantis. Nesse cenário, a relação intrínseca da economia brasileira com o tipo de sociedade elitista no Segundo Reinado e a obtenção de crédito para financiamento de um mercado agrário serão problematizados do ponto de vista do sistema de produção escravista e das relações de poder advindas desse sistema.

A oferta de crédito era uma prática social que condicionou a presença do credor, comerciantes de grosso trato (CARVALHO, 2003), reforçando o modelo baseado na promessa de pagamento, em virtude da sociedade agrária e elitista do século XIX. As redes de influências não institucionais marcaram esse período frente às exigências de um modelo pautado na política protecionista do governo.

Serão tratadas as questões do crédito a partir de um sistema de governo intervencionista e do modelo econômico pautado no clientelismo local. As relações de Estado reverberavam nas transações comerciais e indicavam o paradigma da sociedade no Segundo Reinado. Segundo GRAHAM (1997, p. 101): “Após 1840 ou 1850, deve-se duvidar que tenha ocorrido qualquer divisão entre Estado e a elite econômica nas diferentes províncias (...)”. Desse modo, o poder da elite rural nas províncias era ratificado pelo poder do Estado.

A abordagem teórica apresentada nessa pesquisa refere-se às contribuições de historiadores e economistas, assim como às fontes documentais que tratam desse período a partir da História Social e de um modelo de sociedade eminentemente agrícola, que abastecia o mercado exportador e ao mesmo tempo o mercado interno. A vida social pautava-se no viés político e econômico e a compreensão dessa sociedade constitui uma oportunidade para relacionar os efeitos da política nacional na Província da Paraíba, levando em consideração a

¹ Termo usado para indicar negociantes que atuavam na produção agrícola, concedendo empréstimos. Na tese **Litígios ao Sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)**, do autor Christillino (2010), a palavra é usada para indicar alguns contextos que evidenciavam as transações comerciais entre os negociantes e fazendeiros locais.

falta de assistência creditícia do Governo Imperial às Províncias do Norte nos momentos de crise, em especial de auxílio à lavoura.

As divergências de interesses que nortearam esse período estão associadas aos objetivos do Império na criação do segundo Banco do Brasil. Sua atuação direta no governo estava relacionada a realizar operações de depósitos, descontos e emissões em benefício da política externa e interna para privilegiar regiões que direcionassem os interesses das elites. A participação de Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá) será brevemente citada pela relevância de sua participação na criação de bancos e nos financiamentos à produção externa.

Nessas condições, relacionar política e economia em um contexto centralizador permite analisar as diretrizes na concessão do crédito, orientadas por uma unidade política que se reafirmava no modelo de sociedade patriarcal. O interesse desse trabalho perpassa pela análise do crédito construído a partir de uma sociedade de base escravista. Portanto, o modelo primitivo de exploração humana promovia a engrenagem de uma política representada pela elite do Império que alternava lideranças políticas com os mesmos objetivos de obter concessões para governar as suas províncias, promovendo as desigualdades regionais.

2 A ECONOMIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1850

Inicialmente, o período que consolidou a monarquia indica um conjunto de mudanças que tiveram início na vitória do Regresso Conservador, em finais da década 1840. Esse evento significou a consolidação da praça do Rio de Janeiro como a “*nova metrópole*”, cujos interesses da *classe senhorial* eram preservados em detrimento das demais províncias (GUIMARÃES, 2012, p. 63). O fortalecimento desse pequeno grupo de elite senhorial foi se constituindo junto a comerciantes que atuavam no mercado atlântico, por volta do século XVII, na praça do Rio, promovendo um mercado incipiente de acumulação que se fortaleceu como grande centro no século XIX no interior dessa mesma política de privilégios: “A primeira elite econômica fluminense era constituída por descendentes de conquistadores quinhentistas”. (FRAGOSO e FLORENTINO, 2001, p.65).

As discussões econômica e social assumem um caráter diferenciado na proposta de Fragoso e Florentino (2001), em relação à dinâmica do poder local sobre as exportações no mercado da Metrópole. As desigualdades regionais ficavam evidentes nesse sistema que movimentava as transações de exportação, a exemplo do café, atendendo as reivindicações dos seletos grupos de produtores para favorecer os interesses dessa classe senhorial. A economia agrária revela a importância de reconhecer uma interpretação para além das questões econômicas práticas que defendiam uma política de exportação cafeeira e, assim, restrita à política imperial e propícia a promover a desigualdade social.

Nesse cenário, a economia brasileira na década de 1850 reforçava a centralização de poder que assegurava o projeto político e econômico e desestabilizava qualquer intenção de ameaça à unificação da elite imperial. É, portanto, válido considerar que a economia brasileira imperial foi marcada pela unidade e por uma base política que ao mesmo tempo assegurava essa unidade. O período que vai de 1841 a 1864 representou uma fase importante para a consolidação da monarquia no Brasil. Segundo SCHWARCZ e STARLING (2015), a coroação de Dom Pedro II repercutiu como um evento grandioso no intuito de transformar a figura do então adolescente Pedro em soberano, cujas atitudes demonstrassem maturidade para o exercício da função de Imperador.

O significado simbólico da cerimônia alcançou seus objetivos, conciliando interesses dos partidos conservadores e liberais, traço marcante do seu governo. Segundo CARVALHO (2003), a instabilidade política que se estabeleceu durante as Regências motivou a volta da unidade política à ordem ameaçada pelos movimentos e revoltas contrários ao fim da monarquia. O imperador atuou com alternância de poderes entre esses partidos, promovendo a

continuidade do Regime Monárquico e dos privilégios dos latifundiários, governando dentro de um projeto de unidade. Entretanto, as questões da escravidão foram amplamente discutidas e avaliadas durante o período do Segundo Reinado, principalmente porque a Inglaterra, com quem o Brasil mantinha fortes relações comerciais, exigia o fim do tráfico de escravos.

Nesse sentido, A Lei de Terras e o fim do tráfico negreiro em 1850 promoveram mudanças na configuração da mão de obra escrava. A necessidade de se adequar as determinações jurídicas implicava adotar novas medidas que garantissem os interesses dos fazendeiros e comerciantes fluminenses.

Segundo MARTINS (2013, p. 52):

A Lei de Terras de 1850 e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade do padrão de exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. Na iminência de transformações nas condições do regime escravista, que poderiam comprometer a sujeição do trabalhador, criavam as peculiares condições que garantissem, ao menos, a sujeição do trabalho na produção do café.

O governo enfrentou forte oposição externa ao regime escravocrata, mas os mecanismos que envolviam esse tipo de mão de obra, aliado a um considerável retorno, sustentaram a economia do país entre os anos 1841 a 1850. O comércio ultramar fortaleceu esses laços de dependência, principalmente no tráfico de escravos e na flexibilidade de sustentar essa prática, mesmo com a proibição do tráfico a partir de 1831: “(...) na segunda metade da década de 1840, o ingresso de africanos no Brasil atingiria números recordes, apesar de toda a vigilância inglesa”. (KUNIOCHI, 2016, p. 206).

Mesmo com a extinção oficial do tráfico e as exportações em alta no período, o regime da escravidão era duramente criticado pelos países “desenvolvidos” da época. Entretanto, no Brasil, a escravidão era o modelo de prosperidade nos negócios internos e externos. A ambivalência desse contexto evidenciava intensa relação de interesses que norteavam a experiência de emancipação dos “escravos libertos” após a lei Eusébio de Queiroz. O trabalho compulsório norteou a população livre e fez valer os acordos internacionais para colocar o Brasil no processo de modernização. (MAMIGONIAN, 2017).

A dinâmica que envolvia a economia cafeeira resultava nas relações comerciais que se estabeleciam nas Províncias do Norte. Tanto o apogeu do açúcar quanto a produção cafeeira despertaram disputas regionais relacionadas ao mercado de escravos. Isso implica dizer que existia um sentimento de ineficiência do governo em relação às demandas das províncias nortistas. A mão de obra foi amplamente usada no Norte agrário, mas a medida em que a produção cafeeira recebe o status de economia dominante, as divergências regionais se acentuam:

O tráfico interprovincial de escravos proporciona o mais antigo dos motivos de disputa entre a grande lavoura do norte e do sul do Império. As divergências nesta matéria remontam ao projeto apresentado à Câmara dos Deputados em 1854 por João Maurício Wanderley, futuro barão de Cotegipe. Mesmo então, o comércio inter-regional não constituía novidade, e já havia, no século anterior, florescido ou definhado segundo as flutuações na fortuna relativa do norte e do sul. (MELLO, 1984, p. 28)

As relações comerciais das províncias, em relação à mão de obra escrava, evidenciaram a base de sustentação da economia brasileira e suas distorções. A economia se sustentava pela mão de obra escrava e a alternância do mercado dos produtos em alta, exportados pelo Brasil, ditava as regras. De acordo com MELLO (1984), o então projeto apresentado por João Maurício Wanderley à Câmara, em 1854 proibindo o tráfico

interprovincial foi rejeitado, em virtude do cumprimento das leis do mercado externo e da condição de dependência do trabalhador escravo no Sul do país. A economia interna e externa determinava a engrenagem da produção. O Norte após o declínio do açúcar e a ascensão do ouro nas Minas perdera um considerável espaço no mercado, agravado pela produção cafeeira. Entretanto, por questões demográficas, possuía um contingente elevado de mão de obra, em parte motivada pela ocupação territorial.

As pressões em relação ao trabalho escravo indicaram o equívoco do privilégio de que o Norte receberia relevante fluxo de imigrantes. Entretanto, a imigração ocorreu frente às exigências de mercado e direcionadas para a produção externa. A queda do preço do açúcar prejudicou diretamente as províncias do Norte e sua participação no mercado externo. Assim, o tráfico interprovincial prejudicou financeiramente o Norte e redirecionou os recursos e a mão de obra para as Províncias do Sul, privilegiadas pelo novo contingente de imigrantes.

Portanto, após a proibição do tráfico, o Norte conseguiu atenuar os efeitos da redução de mão de obra escrava com a grande massa da população pobre livre que, em épocas de crise, consistia em mão de obra barata, mas foi prejudicada pelo desempenho econômico. Entender a economia no Segundo Reinado permite elaborar um modelo de sociedade, cujas medidas institucionais estavam relacionadas aos interesses das elites mercantis locais e ao mercado exportador. Uma sociedade escravista, cujo polo comercial do Rio de Janeiro movimentava a economia macro, promovendo as diferenças regionais para o que FRAGOSO e FLORENTINO (2001) convencionou chamar de economia colonial tardia.

3 O BANCO DO BRASIL NA ECONOMIA DAS PROVÍNCIAS

As relações que se formaram nas elites regionais apontam para a influência direta da participação dos bancos nesse período, em especial do Banco do Brasil. Nesse sentido, as lavouras do Norte foram prejudicadas pela intervenção de um banco emissor, que objetivava fortalecer a moeda e o governo, ou seja: “(...) excluía flagrantemente os setores não-dominantes da economia brasileira, isto é, os setores não diretamente vinculados à exportação”. (MELLO, 1984, p. 95).

Uma breve história dessa Instituição é de fundamental importância para a compreensão da dinâmica da concessão do crédito nas disputas regionais das províncias e seus desdobramentos. A criação do Banco do Brasil foi em 1808, conforme Alvará de Rodrigo Coutinho, com a chegada da Família Real para o Rio de Janeiro. A mudança da Corte implicava a elevação das finanças públicas, e as primeiras funções do banco na Colônia resumiam-se nas necessidades de financiamento do setor público para as transações comerciais. Funcionava para serviços de depósitos, desconto de letras de câmbio, cobrança, empréstimos, emissão de moeda, ou seja, atender o Estado nos momentos de crise no interior da Colônia.

O Banco do Brasil nasceu para ajudar o Estado a financiar suas despesas, mas inicialmente era o Estado quem deveria ajudar o banco a se erguer. E essa não seria uma tarefa fácil. Embora estabelecido pelo Alvará de 12 de outubro de 1808, o banco só iniciou suas operações no final do ano seguinte. A razão de tanta demora eram que os estatutos previam a integralização de um capital mínimo de 100:000\$ para que o banco pudesse entrar em funcionamento, o que só aconteceria pouco mais de um ano depois de expedido o alvará. (GAMBI, 2015, p. 44)

Ainda segundo GAMBI (2015), o primeiro Banco do Brasil, durante sua existência, provocou a desconfiança das pessoas e, nos momentos de crise financeira, foi responsável pelo descrédito de deputados por esse sistema bancário. Isso implica dizer que a política

protecionista do Governo Imperial comprometia a liquidez de mercado por emissões acima da sua capacidade, sendo um dos principais motivos da sua liquidação em 1829.

No Brasil do século XIX, a década de 1840, conhecida como a Era Mauá, movimentava o crédito bancário em uma economia de dependência com o mercado externo, em especial com a Inglaterra, disponibilizando recursos para o tráfico de escravos, cujos mercadores coexistiam nesse sistema de oferta de crédito para a mão de obra escrava. As inovações copiadas do mercado europeu registravam incentivos comerciais para a exportação do café e financiavam o mercado de escravos utilizado na produção. Assim, foram realizadas as operações comerciais reguladas pelas Reformas Institucionais e bancárias, promovendo a praça do Rio de Janeiro como MetrÓpole do Estado Imperial. (GUIMARÃES, 2012).

As considerações sobre a atuação dos bancos na economia brasileira privilegiam a Era Mauá por conta da historiografia que envolve os aspectos da questão do crédito no Brasil. Nesse modelo, a concessão de crédito era preferencialmente direcionada para uma política de interesses de grandes produtores, mercadores de escravos e comerciantes bem-sucedidos. As operações de desconto eram uma das principais práticas adotadas pelo banco, além de seu papel de Órgão emissor. Os financiamentos eram obtidos para a grande lavoura. Os maiores entraves consistiam nas garantias para lastrear empréstimos em uma economia exclusivamente agrária.

As operações bancárias sustentavam uma economia de dependência do mercado externo e para cobrir os déficits do governo. Entretanto, pela “esfera particular, ou seja, fora da proteção legal do Estado” (CALDEIRA, 2017, p. 259), as transações comerciais eram realizadas sem a presença das Casas Bancárias. Nesse contexto, é possível mensurar a importância do crédito através de empréstimos a negociantes e a forma como era tratado o capital no Brasil no século XVII, apenas pela palavra:

Todas as transações relevantes aconteciam entre pessoas e eram fiadas apenas pela palavra; por isso o fiado, mesmo nas altas esferas de negócio, era a única instituição relevante na economia. O fiado servia para analfabetos tocarem a economia produtiva até o século XIX, mas não para assegurar a competitividade da produção brasileira no mundo capitalista. (FREI VICENTE DO SALVADOR, apud CALDEIRA, 2017, p.259)

Nesse cenário, no período conhecido como a Era Mauá, a economia brasileira se reconhecía através da homogeneização dos partidos, fortalecidos pela unidade de uma política centrada na figura do Imperador, cujas consequências se reverberavam na vida política e econômica das províncias, especialmente na província do Rio de Janeiro. O sentido de “Nação dos TrÓpicos” é por definição a tentativa de criar uma imagem externa de progresso ao mesmo tempo em que a realidade interna se configurava por extremas desigualdades e por um regime de escravidão. (SCHWARCZ e STARLING, 2015).

A presença dos bancos ingleses na economia brasileira teve participação direta de Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá), através da sua atuação como industrial e banqueiro. Ele organizou o sistema bancário no modelo dos bancos ingleses e nesse período surgiram os dois primeiros bancos privados no Brasil:

Na década de 1840 foram fundados os dois primeiros bancos privados do país, um na Bahia e outro no Rio de Janeiro. Era quase nada numa época em que os bancos se contavam aos milhares na Inglaterra e nos Estados Unidos, mas não deixava de ser um sinal de que a elevação das tarifas deu alento aos negócios. (CALDEIRA, 2017, p. 256).

As mudanças nas condições da cobrança de alíquota sobre determinados produtos, conhecida com *Reforma Tarifária de 1844*, resultaram no aquecimento de mercado, melhorando a arrecadação de tributos para o governo:

A Reforma Tarifária de 1844 (decreto nº 376, de 12 de agosto de 1844) ficou conhecida na história brasileira como a Tarifa Alves Branco, em virtude do aumento da tarifa sobre as importações de determinados produtos em 30%, no período em que Manuel Alves Branco, futuro Visconde de Caravelas, foi ministro da fazenda (02/02/1844 a 02/05/1846). (GUIMARÃES, 2012, p. 65)

O autor Carlos Gabriel Guimarães (2012) mostra a importância da relação das Reformas Institucionais e a Organização Bancária sob o ponto de vista da Reforma Tarifária de 1844 que, associadas à criação do Código Comercial, à Lei das Terras e ao Fim do Tráfico de Escravos (1850), promoveram a “(...) montagem do próprio Estado Imperial num período de grandes transformações externas, como a expansão do capitalismo em meados do século XIX (GUIMARÃES, 2012, p. 64). Ainda sobre a Reforma Tarifária de 1844, é legítimo afirmar que tal medida visava equilibrar o déficit do governo em relação às finanças e ao mesmo tempo obter uma elevação de determinadas tarifas sobre alguns produtos importados.

A criação do Banco do Brasil de Mauá (1851-1853), como banco privado, fortaleceu a política do governo e assegurou a continuidade dos objetivos de centralização. Nesse sentido, a Reforma Bancária de 1853 permitiu a fusão do banco de Mauá com o então Banco Comercial do Rio de Janeiro, originando o novo Banco do Brasil que, na obra de GAMBI (2015), era o “Banco da Ordem”. As políticas que norteavam seus estatutos objetivavam o controle mais eficiente das políticas de crédito, minimizando a concorrência e a elevação das taxas de juros. O governo precisava de um banco emissor vinculado ao Estado Imperial:

Analisando o Relatório do Ministério da Fazenda de 1852, o ministro Joaquim José Rodrigues Torres reafirmava sua posição favorável a criação de um banco emissor ligado ao Estado. Nesse relatório ficou evidente que o ministro reconhecia a importância dos bancos privados, como já tinha ressaltado no Relatório de 1850, só que chegou o momento de se criar um banco emissor capaz de controlar as emissões, principalmente no tocante ao estoque do papel-moeda. (GUIMARÃES, 2012, p. 124).

O equilíbrio das emissões por um único banco significava estabilizar o mercado, principalmente sob o controle do governo. A presença de bancos privados, em especial o Banco Comercial do Rio de Janeiro, prejudicavam o meio circulante e não sanavam os estoques da economia para além das questões do papel-moeda, que deveriam estar centralizadas pelo Estado. O objetivo dessa centralização era minimizar a concorrência e a crise pela política de emissão dos bancos privados.

A presença do Banco do Brasil, desde a sua criação, reforçou a desigualdade em virtude dos interesses de mercado voltados para as províncias do Centro Sul. Esse quadro era agravado pela intervenção direta do governo no banco. As decisões eram costuradas por uma política de interesses que refletiam as necessidades econômicas entre as províncias e as prioridades do Governo Imperial. À medida que as relações comerciais e políticas foram se desenvolvendo com o mercado externo, havia a necessidade de um banco emissor para reproduzir as diretrizes do sistema econômico de exportação, ou seja, fortalecer a moeda.

Grande parte das disputas que nortearam esse período estão relacionadas à concessão do crédito e à forma como o sistema bancário estava imbricado nessa política interna e externa, privilegiando regiões que tratassem os interesses das elites econômicas. Soma-se a essas questões o modelo de sociedade dependente da mão de obra escrava e do mercado internacional que “excluía flagrantemente os setores não-dominantes da economia brasileira,

isto é, os setores não diretamente vinculados à exportação”. (MELLO, 1984, p. 95). Não havia uma política efetiva que lastreasse a emissão e a concessão de crédito de maneira a equilibrar e sanar os déficits das lavouras.

4 A AUSÊNCIA DE CASAS BANCÁRIAS NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA

A dinâmica que envolveu o poder das elites também provocou desigualdades entre os interesses das províncias do Norte. As fontes documentais, a exemplo dos relatórios de província, sugerem a interferência do Governo Imperial na economia local a partir das relações formadas em virtude das divergências de interesses comerciais. A política de exportação direcionava o sistema econômico para o crescimento da economia nacional. Entretanto, a produção interna de alimentos, nas províncias do Norte, mapeava um mercado consumidor que produzia excedentes agrícolas, aliado a fatores como variações cambiais que permitiam negociar no mercado interno a referida produção em períodos de elevação de preços (MELLO, 1984).

No relatório apresentado em agosto de 1851, pelo presidente Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, na abertura da sessão ordinária, são tratadas as questões econômicas referente à produção do algodão. Quando das considerações sobre a Fazenda Provincial, o Presidente destaca a entrada do algodão na Província em níveis consideráveis de comercialização: “A entrada do algodão no mercado dessa Cidade chegou a hum ponto de que há anos não havia memoria (...)”². As considerações sobre a participação do algodão permitem direcionar os principais produtos de exportação que faziam parte da economia paraibana nesse período.

Nesse entendimento, as questões relacionadas à produção do açúcar e algodão em relação às tarifas cobradas no mercado exportador minimizavam os lucros e aumentavam as despesas. A dependência da Província do mercado externo interferia diretamente no orçamento e provocava o endividamento em virtude de fatores externos à produção, provocando elevação da dívida passiva. O Presidente Antonio Albuquerque comenta que o saldo positivo entre as receitas e despesas apresentadas no Balanço do primeiro semestre do ano de 1851 não é desfavorável, mas a parcela do lucro auferido nesse período figura como parte da dívida ativa que compromete as rendas dos anos posteriores, reduzindo em muito o valor disponível.

No Relatório de maio de 1852³, quando o então Presidente Albuquerque ainda estava à frente da Província, as considerações sobre as finanças continuavam a apresentar um cenário de dificuldades financeiras. Ele reconhecia as dificuldades com que recebeu a Província e comentava sobre a aquisição de um empréstimo não autorizado legalmente ao negociante Francisco Alves de Souza Carvalho. As circunstâncias da transação comercial refletem uma prática usual entre comerciantes de adiantar seus capitais ao “cofre provincial”. O Presidente ressalta mais adiante a necessidade urgente para contrair tal empréstimo e sua disposição em fazê-lo sempre que as circunstâncias o pressionavam. Ainda sobre os produtos de exportação da Província, Albuquerque sugeriu que fossem investidos equipamentos para melhorar as rendas e também uma política de impostos mais justa que beneficiasse a agricultura, a qual, segundo ele, era a principal ou quase única fonte de riqueza pública. É notável o interesse de conciliar as demandas da Província sem interferir nas relações de interesses entre o poder legislativo provincial e o Presidente.

² Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo Exmo. Presidente da Província Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, em 02/08/1851, p. 16.

³ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo Exmo. Presidente da Província Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, em 03/05/1852.

Quando se relacionam os Relatórios dos Presidentes de Províncias da década de 1850 e os seus discursos, percebe-se a exposição das dificuldades financeiras que a economia sofria em virtude da falta de assistência creditícia do governo. As políticas de mercado eram motivadas pela inexistência de leis que garantissem crédito à agricultura e pela fragilidade da Lei de Terras e da extinção do tráfico (CHRISTILLINO, 2010). Os investimentos em infraestrutura na Província da Paraíba eram insatisfatórios, ou seja, não se investiam em equipamentos e/ou aberturas de estradas que melhorassem a produção em períodos de escassez de mão de obra escrava ou em tempos de seca. Eram constantes as demandas dos Presidentes de Província nos relatórios, solicitando maior empenho da Coroa nessas questões.

As informações expressas nos relatórios de presidentes de província, geralmente, canalizaram sua atenção para as produções destinadas à exportação e também expressavam os projetos políticos em torno dos quais os chefes de executivo trabalhavam. É o caso da modernização da agricultura, em que a lavoura de alimentos não aparece relacionada. Os relatórios dos chefes de Pernambuco, no período de 1850 a 1880, apenas falam do “fracasso” dos outros “ramos da agricultura”. (BRANDÃO e CHRISTILLINO, 2010 p. 69)

Há indícios de que, na Província da Paraíba, as exposições dos presidentes seguiram o mesmo discurso em relação aos produtos de exportação e às dificuldades do agricultor. A partir do Estado centralizado, eminentemente agrícola, os produtos comerciáveis na Província da Paraíba se alternavam em um mercado exportador, principalmente de algodão e açúcar. Nesse contexto, é possível mensurar a importância do crédito através de empréstimos a negociantes. As movimentações financeiras nesse período deixavam transparecer o apoio incondicional da elite mercantil à economia de exportação

Em relação à ausência de bancos na Província da Paraíba, o Relatório apresentado pelo Presidente João Capistrano Bandeira de Mello, em 05/05/1854, comenta a necessidade de criação de um banco objetivando auxiliar o agricultor. Entretanto, em virtude dos maiores lucros obtidos entre os comerciantes nas negociações, tornava-se inviável tal projeto. No que se refere à extinção do tráfico, o então Presidente de Província Capistrano Mello (1854) reconhecia a importância do fim do tráfico, mas mencionava o quanto essa decisão custava à agricultura. Essas questões eram tratadas no intuito de justificar as dificuldades da agricultura local e a falta de reservas.

A exposição do Presidente Francisco Barreto, em abril de 1855, girava em torno das deficiências de adequar a mão de obra a determinados instrumentos de trabalho, como o arado. Percebe-se que as demandas para a lavoura na Província partiam da necessidade de melhorar os custos do transporte, a mão de obra escrava, exportada para o Sul e a carestia.⁴ Sobre essa discussão, em outubro de 1855, o Vice-presidente Flavio Clementino da Silva Freire apresentou as dificuldades da Província em relação à deficiência de braços e à falta de capital, cuja fundação de um banco hipotecário proveria a falta de capitais. O Vice-presidente Silva Freire também relatou as vantagens da colonização para a força de trabalho em substituição à importação de escravos, mas reconhece que a Província de São Paulo prospera em virtude desse benefício. Nesse aspecto, as Províncias do Norte podiam contar com a mão de obra livre (MELLO, 2004).

O Vice-presidente Manoel Clementino Carneiro da Cunha, na exposição de agosto de 1857 à Assembleia Legislativa, continuou com o discurso da carência de mão de obra e fez referência aos principais produtos de exportação, ou seja, sua fala indicava as questões do mercado externo e ao mesmo tempo as dificuldades enfrentadas pela Província. Portanto, é válido observar que as redes de relações de crédito se formavam pelo clientelismo da elite

⁴ Exposição do Presidente de Província Doutor Francisco Xavier Paes Barreto no ato de passar a Administração da Província para o Sr. Flávio Clementino da Silva Freire.

local que financiava a agricultura na ausência de Casas Bancárias e frente a um mercado paralelo de crédito oferecido pelos “prestamistas”, que atuavam em um sistema de confiança em virtude da fragilidade da escassez monetária.

5 ESTUDO DE CASO SOBRE CRÉDITO NA VILA DE MAMANGUAPE

Análise dos bens deixados pela Sr.^a Joana Guilhermina do Livramento Madruga, conforme o quadro (1) abaixo.

Quadro 1: Bens Inventariados

OBJETOS	VALOR	ESCRAVOS	VALOR	SEMOVENTES/BENS DE RAIZ	VALOR	DÍVIDAS	VALOR
12/8 de Ouro	-----	João	650\$000	Cavalo	40\$000	Funeral	124\$960
Trancelim	30\$000	Escolástica	550\$000	Potro Manso	40\$000	Negociantes	221\$300
Brinco	18\$000	Jacinto	450\$000	Duas Vacas Paridas	20\$000	José Coelho Da Silva	47\$840
Vaso Quebrado	20\$000	Severina	350\$000	Uma Vaca Solteira	50\$000	José Joaquim	40\$500
-----	-----	Justina	250\$000	Um Boi Manso	30\$000	Antônio Pedro	231\$400
-----	-----	-----	-----	Um Garrote	16\$000	João Antônio	100\$000
-----	-----	-----	-----	Uma Parte De Terra (Engenho Breginho.)	90\$000	-----	-----
-----	-----	-----	-----	Uma Parte De Terras (Cachoeira)	48\$000	-----	-----
-----	-----	-----	-----	Um Carro Ferrado	40\$000	-----	-----
-----	-----	-----	-----	Uma Égua	30\$000	-----	-----
-----	-----	-----	-----	Um Potro Bravo	20\$000	-----	-----
-----	-----	-----	-----	Uma parte de terra na Propriedade do Riacho	40\$000	-----	-----
TOTAL	68\$000	-----	2250\$000	-----	464\$000	-----	766\$000

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

A partir da análise do inventário da Sr.^a Joana Guilhermina do Livramento Madruga, observaram-se a partilha dos bens, as dívidas e os valores disponíveis direcionados aos herdeiros Francisco Coelho Madruga (inventariante), cônjuge da Sr.^a Joana Madruga, Manoel Francisco Vieira Madruga, Antonio Francisco Coelho Madruga, Antonio Fernandes de Oliveira Junior, Anna Maria da Conceição. Ainda são citados “marido, manos e cunhados” da falecida. Tratava-se de uma partilha amigável, realizada em 08/06/1855 (conforme documento original), pesquisado junto ao Fórum Desembargador Miguel Levino de Oliveira Ramos, na cidade de Mamanguape – PB. A localidade de registro ocorreu no Engenho Breginho, de propriedade da inventariada com os herdeiros presentes, exceção feita à Sr.^a Anna Maria da Conceição, representada por procuração, anexa ao inventário, pelo cunhado, o Sr. Antonio Fernandes de Oliveira Junior.

Os valores declarados no quadro (1) em relação aos objetos, escravos, semoventes e bens de raiz somam uma quantia de 2782\$000 (68\$000 + 2250\$000 + 464\$000). Todavia, o montante corresponde a 2016\$000 (2782\$000 – 766\$000), valor associado à diferença entre os bens e as dívidas presentes.

Os valores apurados indicam que a inventariada não detinha grandes posses, em virtude dos bens declarados e do número de escravos na sua propriedade. A abertura do inventário foi feita dentro dos padrões da época e no modelo convencional, adotado pelo casamento. Não houve referência a conflitos, uma vez que o inventário é descrito de forma amigável. Na avaliação dos bens, observou-se uma prática comum desse período: negociar escravos em condições de herança entre os familiares nos casos de pagamento de dívidas.

Essas transações eram possíveis pela fragilidade das leis que tratavam da escravidão no Brasil (CHALHOUB, 2012). Nesse contexto, constataram-se duas ocorrências de repasse de escravos. Foram avaliados o escravo João e a escrava Severina por 650\$000 e 350\$000 e repassados por 222\$000 e 170\$000, respectivamente. Não foram registrados os motivos dessas transações no inventário. Houve considerações sobre a distribuição de partes das terras em Breginho e Cachoeira, de propriedade da inventariada. Também não houve conflitos na distribuição de parte dessas terras e dos outros bens.

A importância do inventário da Sr.^a Joana Madruga consiste em analisar a Vila de Mamanguape, em termos de representação da sociedade rural da Província da Paraíba. Grande parte da economia local era resultado dos pequenos produtores que comercializavam seus produtos nas redondezas e ao mesmo tempo produziam para a lavoura familiar. Nesse caso, a herança era fruto do trabalho da família. Na partilha observamos algumas dívidas e um patrimônio compatível com o tipo de economia local. A grande maioria da população dependia da agricultura para rentabilizar seu patrimônio e enfrentava dificuldades em virtude da falta de crédito.

As dívidas a negociantes e aos senhores José Silva, José Joaquim e Antonio Pedro, declaradas no inventário, justificam a participação de comerciantes que emprestavam na ausência de Casas Bancárias. Existia uma cadeia de relações comerciais que transitava pela economia local e permitia o acesso ao crédito. Podemos considerar que esse estudo de caso compreende o modelo de inventário da maior parte dos pequenos agricultores da Vila de Mamanguape.

A Província da Paraíba, em 1855, já sofria os efeitos da Metrópole, que direcionava os grandes investimentos para a exportação, consolidados pela criação do Banco do Brasil de 1853 (GAMBI, 2015). No caso da vila de Mamanguape, observou-se essa dependência do capital local para garantir os meios de sobrevivência. A agricultura financiava a produção, e a mão de obra escrava era utilizada para a plantação de algodão e de açúcar e para posterior comercialização no mercado externo. Parte das terras doadas por herança teve o intuito de continuar a produção e garantir o sustento dos herdeiros, ou até mesmo honrar as dívidas deixadas.

Nessa perspectiva, uma breve análise dos bens deixados pelo inventário da Sr.^a Rosa Candida da Anunciação, esposa do Sr. ° José Lopes de Mendonça, de 20/03/1854, representa outro contexto e permite avaliar uma fortuna considerável deixada em herança aos nove filhos(as) do casal. Se comparada aos padrões de fortuna local, os valores envolvidos indicam que inexistiam dívidas expressas em valores. O inventário referiu possíveis compromissos que deveriam ser pagos antes da partilha, mas não há descrição formal para esse fim.

A propriedade ficava no Jacinto, na Vila de Mamanguape e a inventariada possuía expressivo patrimônio que totalizava o valor de 8:607\$720. Os filhos(as) receberam cada um o valor de 478\$891, perfazendo um total de 4:303\$720. A outra parte ficou com o viúvo, Sr. ° José Lopes de Mendonça. Embora o sobrenome Mendonça apareça nos dois inventários, não existe grau de parentesco declarado que possa ser associado às famílias. A Sra.^a Rosa Anunciação fazia parte da pequena elite da Vila de Mamanguape. O inventário, como documento de partilha, não faz referência a demais transações comerciais, a exemplo de empréstimos concedidos. Pelo patrimônio apresentado, há evidências de que existiu uma participação econômica e política nas disputas locais.

A discussão econômica a partir de uma província “periférica”, a exemplo da Paraíba, associada ao contexto dos inventários *post-mortem*, indica as práticas usuais de clientelismo. Nos dois casos analisados, ficam caracterizados uma sociedade formada por pequenos agricultores, mas com proprietários (pequena elite local) que movimentavam grandes fortunas em favor da Província. Ficou evidenciado que na pequena Vila de Mamanguape tais acordos também perpassavam pelas famílias “abastadas”, a exemplo da Sr.^a Rosa Anunciação e reproduziam a centralização de poder do Governo Imperial.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de crédito no Segundo Reinado norteou as relações sociais e a participação das elites regionais na economia de exportação. Nesse modelo, o sistema bancário acomodou-se aos interesses de uma economia baseada na centralização de operações bancárias como forma de assegurar o modelo econômico e ampliar o poder do governo através das alianças partidárias que se acomodaram à política intervencionista do governo Imperial. Nessa perspectiva, a presença dos bancos, em especial do Banco do Brasil, influenciou diretamente o contexto econômico e assegurou a base das relações sociais desse período.

Pode-se considerar que a presença e ausência de bancos nas províncias, em especial do Banco do Brasil, influenciou diretamente o modelo econômico e assegurou a base das relações sociais desse período. Soma-se a essas questões o modelo de sociedade arcaica, dependente da mão de obra escrava e de um projeto político que previa a manutenção de um banco provedor, vinculado diretamente ao Governo. As Casas Comerciais eram responsáveis pela condução de empréstimos, fortalecendo os laços das elites locais nas províncias desassistidas pela presença de instituições formais de crédito.

A grande lavoura direcionou braços para a região Sul do Brasil e provocou conflitos entre as Províncias do Norte, pois tiveram que se adequar à ausência de privilégios que a Metrópole atraía na economia de exportação. Nesse sentido, a mão de obra escrava configurou as relações que se estabeleceram entre o governo e o poder local. O entendimento da sociedade no Segundo Reinado (1850-1860) perpassa pelas condições que foram adequando a economia agrária, o modelo exportador e a lavoura de subsistência. Essas questões definiam o projeto central do governo e as disparidades regionais.

Portanto, o Brasil estava inserido no mercado de produção agrícola. Portanto, a economia de subsistência era a base da produção interna. Nesse cenário, os bancos sustentavam a economia de dependência do mercado externo, vinculados aos interesses da Coroa, mas sem contemplar os agricultores e pequenos comerciantes. Dessa forma, a análise da economia interna relaciona o mercado brasileiro de exportação com as elites locais em uma relação de interesses mútuos. Entretanto, o caráter econômico da política monetária gerava disputas entre as elites locais e privilegiava o mercado exportador.

FONTES

Site da Universidade de Chicago

- 1 - Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo Exm. Presidente da Provincia Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque em 2 de agosto de 1851.
- 2 - Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo Exm. Presidente da Provincia Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque em 3 de maio de 1852.
- 3 - Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial da Provincia da Parahyba do Norte pelo Exm. Presidente Dr. João Capistrano Bandeira de Mello em 5 de maio de 1854.
- 4 - Exposição feita pelo Doutor Francisco Xavier Paes Barreto, na qualidade de Presidente da Provincia da Parahyba do Norte no acto de passar a administração da Provincia ao Exm. Segundo Vice-Presidente o doutor Flavio Clementino da silva Freire, em 16/04/1855.
- 5 - Relatório recitado na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo Vice-Presidente da Provincia Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, em 1 de agosto de 1857.

Fórum Desembargador Miguel Levinho de Oliveira Ramos (Mamanguape – PB).

Inventário de Partilha da Sr.^a Joana Guilhermina do Livramento Madruga, em 09/06/1855.

Inventário de Partilha da Sr.^a Rosa Candida da Anunciação, em 20/03/1854.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Tania Maria Pires; CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Nas Bordas da Plantation: Agricultura e pecuária no Brasil Colônia e Império**. Recife: Editora UFPE, 2014.
- CALDEIRA, Jorge. **História da Riqueza no Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.
- CARVALHO, José Murilo de: **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombra: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CHALHOUB, Sidney. **A Força da Escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao Sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)**. Tese de Doutorado em História. Niterói: PPGH/UFF, 2010.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo: **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790-c.1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001
- GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. **O banco da Ordem: política e finanças no Império brasileiro (1853-1866)**. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2015.
- GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial: os casos da sociedade bancária Mauá, MacGregor & co. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & co. (1808-1840)**. São Paulo: Alameda, 2012.
- KUNIOCHI, Marcia Naomi. Crédito e tráfico: ingleses e americanos no negócio de escravos. In: GUIMARÃES, Carlos Gabriel; SARAIVA, Luiz Fernando (org.): **CRÉDITO & DESCRÉDITO Relações Sociais de Empréstimos na América – Séculos XVIII ao XX**. Niterói/RJ, Eduff, 2018.
- MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **Africanos Livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2013.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte agrário e o Império: 1871-1889**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. 1ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.
- SIQUEIRA, Alexis Cavicchini Teixeira de. **A História dos Bancos no Brasil: das casas bancárias aos conglomerados financeiros**. Rio de Janeiro: COP EDITORA, 2007.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me concedido serenidade e força diária para seguir com os meus projetos.

Ao meu marido Paulo Roberto e aos meus filhos Otávio e Thaís que sempre estiveram ao meu lado, apoiando minhas escolhas. Obrigada pela paciência. Para vocês, meu amor incondicional.

Aos meus pais Otávio e Salete, que mesmo idosos continuam lúcidos e presentes na minha vida.

Aos meus tios Luisinho e Zetinha que desde a minha primeira formação acadêmica foram meus principais incentivadores e a quem também considero pai e mãe. Obrigada por fazer parte da minha vida, vocês são minhas referências.

Ao meu orientador Cristiano Christillino, que sempre me incentivou e mostrou-se disponível em todo o período do curso. Obrigada pela empatia e por acreditar no meu trabalho.

Aos colegas do período 2015.1, em especial Daiana Lima e Taís Soares e as demais pessoas que fazem parte da minha vida e da minha formação acadêmica. Os laços de amizade representam a possibilidade de desenvolver sentimentos únicos de carinho e gratidão.

As professoras e professores do curso de História dessa Instituição. Com vocês reelaborei meus posicionamentos e conhecimento da História.